



> DAS VERTIGENS DA ANTROPOLOGIA, RESENHA DE A ESCRITA DA CULTURA, DE JAMES CLIFFORD E GEORGE MARCUS

JONATAN SACRAMENTO

> jonatansacramento@gmail.com

Doutorando em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas

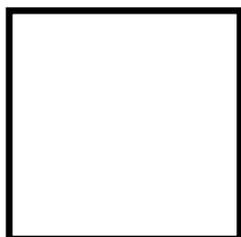
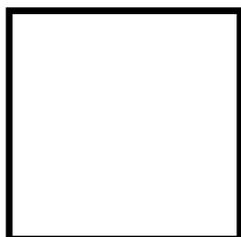
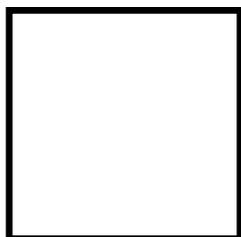
RESENHA

CLIFFORD, James; MARCUS, George. *A escrita da cultura: poética e política da etnografia*. Tradução de Maria Claudia Coelho. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens/edUFRJ, 2016. 388p

Representação. Essa é, com certeza, uma das palavras-chave do debate antropológico a partir dos anos 1980, marcado por uma virada ontológica no interior das ciências humanas e da filosofia, e que se refletiu à época, na antropologia, em sua melhor forma, talvez, na publicação de *Writing Culture*, de 1986. Os questionamentos postos à época e que ecoam até o momento, diziam respeito à capacidade e legitimidade que a etnografia teria para representar o outro e, ao mesmo tempo, se tal tarefa seria desejada e/ou mesmo possível.

No meio do debate sobre a possibilidade de uma representação fidedigna da cultura do outro, e da validade desse texto etnográfico, ainda restava a questão da **autoria** do texto, segunda questão chave desse debate antropológico. A figura do etnógrafo que se deslocava de sua universidade, atravessava os mares ou mesmo sua cidade para chegar junto a determinado grupo social, viver com (e como um) (d)eles e depois recontar essa cultura numa alegoria para seus pares (a **tradução**, terceiro ponto chave do livro), estava sendo posta em xeque na medida em que se questionava a possibilidade do etnógrafo em falar por/sobre determinado grupo.

É nesse caldo contextual, de suspensão e escrutínio das ideias de representação, escrita/tradução e autoria etnográfica, que se localiza os debates do livro *A escrita da*



Cultura, de James Clifford e George Marcus, traduzido em português no ano 2016, vinte anos após sua publicação original. Uma decisão acertada da EdERJ em parceria com a Pa-peis Selvagens, cujo trabalho ficou a cargo da antropóloga Maria Claudia Coelho, e que veio cobrir uma lacuna para com as novas gerações de antropólogos em formação.

Sobre o livro

Fruto de um seminário realizado em 1984 e cujo objetivo era pensar a etnografia como um gênero literário, a partir do exame de figuras de linguagem, estratégias retóricas e aproximações com outros gêneros, o intuito do grupo de autores reunidos naquele momento era romper com qualquer expectativa de que o texto etnográfico representasse a cultura descrita. Antes, seria uma narrativa do próprio antropólogo (Coelho, 2018).

Para James Clifford, a escrita antropológica seria experimental e ética, destacando assim a natureza artificial e construída dos relatos culturais feitos pelos antropólogos. Nesse sentido, a etnografia deve ser pensada enquanto uma ficção, o que sugere seu caráter parcial e histórico, situado entre sistemas de significação que decodificam, recodificam e revelam as bases da ordem coletiva e da diversidade social. Nessa direção, continua o autor, teria surgido a necessidade de se pensar uma escrita dialógica como aquela que questiona a fala de uma autoridade enquanto representante de uma cultura e que aponta para o sentido da polifonia de vozes que formam as diversas sociedades.

Nesse diapasão, Mary Louise Pratt e Renato Rosaldo discutem o modo como a etnografia moderna, que foi profissionalizada e tornada científica a partir das grandes monografias, contribuiu para que as ideias de autoridade etnográfica e de representação fossem consolidadas no interior da nossa disciplina. Para Pratt, Malinowski teria dado nova legitimidade à representação etnográfica sob o argumento de “ter estado lá” - em detrimento dos antigos viajantes que apenas experimentaram de modo fugaz a experiência com o outro. Ainda que, continua a autora, a persistência da narrativa pessoal no texto antropológico seria a tentativa de sanar a contradição entre autoridade pessoal e científica, entre o que foi experienciado e o que, de fato, foi contado pelo etnógrafo. Rosaldo, por sua vez, mostra como Evans-Pritchard (2011 [1940]), ao pedir aos seus leitores que ignorem o contexto colonial no qual sua pesquisa foi realizada, consegue tornar sua etnografia um relato científico “incompleto, mas objetivo” (p. 145), ao fazer da compreensão da estrutura social dos Nuer, e não das contingências históricas ou da ação política do momento, o objetivo de sua análise.

Ou seja, é o trabalho da escrita que cria a representação. Assim, Vincent Crapanzano afirma ser a etnografia uma forma de tradução das culturas e da sociedade. O etnógrafo, por sua vez, ao contrário do tradutor, que traduz um documento já escrito por outro, tem de realizar a tarefa de fazer seu próprio documento. Nesse sentido, toda etnografia seria criação e tradução simultânea, estando historicamente determinada pelo momento do encontro entre etnógrafo e do grupo estudado, o que daria o tom de provisoriade de toda interpretação etnográfica. A interpretação etnográfica seria então uma performance tecida por aquilo que

James Clifford chama de “histórias poderosas” (p. 152), poderosas alegorias, em forma e conteúdo, cujos significados transcendentais do texto não seriam abstrações genéricas do etnógrafo acrescentadas a um texto que se quer “original”, mas antes, seriam as condições de sua significação.

Para Clifford, o que torna a etnografia um texto convincente é a alegoria, que condensa significados teóricos, estéticos e morais, donde a etnografia, entendida enquanto o produto do trabalho de campo, menos que ser tomada como **a** história, deve ser lida como **uma das** histórias possíveis dentro de uma gama de possibilidades narrativas – todas historicamente limitadas e coercitivas (p. 166). Nesse sentido, Stephen Tyler a define como uma retórica ética, uma poesia escrita em cooperação a partir de fragmentos de discursos que querem evocar uma fantasia de um mundo possível da realidade do senso comum. A etnografia privilegiária, continua Tyler, o discurso, recíproco e dialógico, ao invés do texto.

Nessa direção, George Marcus aponta para o fato de que, ainda que tenham sido escritas em contextos de mudança social, as etnografias clássicas possuem poucas ou quase nenhuma ferramenta para tratar tais fenômenos, tendo estado restritas a interpretar as culturas e não em explicar a dinâmica das ações sociais. Nesse sentido, continua Marcus, a tendência das novas etnografias seria o foco nos processos sociais e suas construções a nível local. Ou seja, estas seriam construídas em torno de um local e um ponto de vista estrategicamente selecionados e que tomam o sistema social como seu pano de fundo, mas sem, no entanto, perder de vista o caráter integral da vida social (p. 245).

Junto a ideia de representação à ideia de tradução da cultura que também está por trás dos argumentos apresentados na coletânea. Talal Asad afirma que a tradução deve ser entendida como a compreensão dos diferentes modos de pensamento, tendo uma forma e um endereçamento específico - o etnógrafo e sua sociedade. Tal estilo de escrita etnográfica, que cria uma representação provisória sobre uma determinada cultura, e a tradução desta para o etnógrafo e seu público, aconteceriam a partir da escuta etnográfica empreendida pelo antropólogo junto ao grupo com o qual trabalha. A partir dessa escuta seria possível construir uma narrativa etnográfica assentada em duas premissas: a crítica cultural e a escrita experimental.

Para Michael M. J. Fischer, a crítica cultural seria capaz de tornar a etnografia reconhecível enquanto construção sociocultural e passível de ser responsabilizada pelos seus desdobramentos, ao passo em que a escrita experimental, entendida enquanto uma escrita autobiográfica étnica, nos possibilitaria o acesso a perspectivas de dinâmicas culturais do contexto do mundo contemporâneo (dito pós-moderno pelo autor), e que convidariam o leitor a participar de seu processo de significação, pondo em suspenso a autoridade etnográfica (p. 319).

É Paul Rabinow quem encerra a coletânea com a afirmação de que as representações e a tradução devem ser entendidas enquanto fatos sociais e, como tais, devem ser pensados à luz do que Bourdieu já havia dito sobre o campo intelectual: a produção etnográfica, a

política da cultura, é uma questão localizada, onde a etnografia é produzida no interior de determinadas relações e quem a produz ocupa uma posição nesse campo. Assim, para além da crítica colonialista, os processos internos de experimentações etnográficas também teriam feito os etnógrafos repensarem suas práticas, de modo a desconfiarem das verdades universais e dos essencialismos locais e relativizados (p. 353-54).

Mas, a pergunta que fica é se as tropas estariam acompanhando esses processos de renovação e autoanálise teórica que tiveram início no interior da antropologia nos anos 1980. A resposta pode ser sim, se considerarmos o impacto que *A escrita da cultura* teve no momento de seu lançamento e que reverbera até o momento presente. Mas a afirmativa a essa questão é mais válida se considerarmos os exercícios etnográficos que, de certa forma, são signatários dessa discussão e, principalmente, o desdobramento desses questionamentos na produção antropológica contemporânea. Fica agora o desafio, constante, de conseguirmos dar conta dessas questões de forma a não cairmos em armadilhas do ilusório relativismo.

REFERÊNCIAS

COELHO, Maria Claudia. Sobre tropas e cornetas? Apresentação à edição brasileira de *Writing Culture*. In: Clifford, James; Marcus, George E. **A escrita da cultura: poética e política da etnografia**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ; Papéis Selvagens, 2016.

EVANS-PRITCHARD, Edward Evan. **Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota**. São Paulo: Perspectiva, 2011 [1940].

Recebido em 13 de agosto de 2019
Aprovado em 30 de setembro de 2019